



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 08/06/2016



EVENTO discute importância de transparência em ações gerenciais

GESTÃO PÚBLICA

MP debate transparência

Alertar os gestores públicos, qualifica-los e mostrar a eles que existem instrumentos contábeis importantes para que se tenha transparência, frisando que todos são cobrados pelos Tribunais de Contas e Ministério Público. Esse foi o objetivo da reunião do Projeto ONG Transparente, ocorrida ontem no auditório do Ministério Público Estadual.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, a promotora de Justiça Ana Paula Machado, lembrou que o projeto foi lançado em 2013 e desde essa data, foram feitas várias reuniões para divulgá-lo, para auxiliar as entidades a serem transparentes e dar-lhes visibilidade.

O projeto tem com o objetivo selecionar, auxiliar e divulgar as entidades não governamentais, que dão transparência às suas ações gerenciais e prestação de contas, permitindo o controle social e o controle por resultados pela sociedade.

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Ângela Dantas, ressaltou a importância de se mostrar as boas práticas de governança, principalmente se são recursos públicos, a exemplo

ser tratadas com transparência e controle.

“A contabilidade, para isso é um instrumento perfeito, porque não só já temos instrumentos, normas próprias, onde se identifica cada recurso, em contas individualizadas, de forma que um leigo interprete. Então, o controle permeia toda aplicação de recursos, principalmente, se ele é público”, explicou.

De acordo com Ângela Dantas, ainda falta um longo caminho a ser trilhado para que haja transparência em todos os setores públicos. “Temos que começar a cobrar”, afirmou. Ela lamenta que ainda exista um grande problema de alguns gestores não darem transparência ao órgão que dirigem, limitando o trabalho do contador. “A culpa é de gestão e o contador, identificando o ilícito, tem que tomar uma atitude de cidadão, denunciando-o”, frisou.

O encontro foi voltado para as organizações não governamentais atuantes em todas as áreas sociais, especialmente educação, saúde e assistência social, que encampam serviços públicos referentes à criança e adolescente, direitos humanos, e prevenção quanto ao uso de drogas.